

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A pesquisa em socioeducação no Brasil: reflexões a partir do I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas

Carina dos Santos Magalhães, Kleverson Gonçalves Willima, Mariana da Silva Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17383>

Submetido em: 2026-08-10

Postado em: 2026-09-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A PESQUISA EM SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO I CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Carina dos Santos Magalhães,

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0511-0794>

<seso.carinamagalhaes@gmail.com>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Mariana da Silva Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1115-7367>

<marisociais89@gmail.com>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo (SP), Brasil.

Kleverson Gonçalves Willima,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9729-5148>

<kleverson.willima@pq.uenf.br>

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a pesquisa em socioeducação no Brasil a partir da experiência do I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas (I CONAPEMES), compreendendo o evento como um espaço de produção, circulação e socialização do conhecimento científico. O objetivo consiste em analisar as contribuições do congresso para a consolidação do campo da socioeducação, identificando as principais tendências temáticas, perspectivas teórico-políticas e características da agenda científica mobilizada. A pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza documental, fundamentando-se na análise do Relatório Final do I CONAPEMES, que reúne informações sobre a organização do evento, sua programação científica, os eixos temáticos, os trabalhos apresentados, o perfil dos participantes e os resultados alcançados. A análise demonstra que o congresso reuniu uma produção científica marcada por perspectivas críticas acerca das medidas socioeducativas, com destaque para debates sobre direitos humanos, políticas públicas, neoliberalismo, justiça restaurativa, abolicionismo penal juvenil, práticas pedagógicas e interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade. Além disso, o evento contou com a participação de 558 pessoas provenientes de todas as regiões do país, fortalecendo redes de pesquisa e ampliando o intercâmbio entre pesquisadores, estudantes e profissionais. Assim, os resultados indicam que o CONAPEMES representa um importante espaço de fortalecimento da pesquisa em socioeducação, contribuindo para a consolidação do campo científico e para a construção de agendas de investigação comprometidas com a garantia de direitos e com a perspectiva crítica da socioeducação.

Palavras-chave: CONAPEMES, medidas socioeducativas, pesquisa científica, produção do conhecimento, socioeducação.

SOCIOEDUCATION RESEARCH IN BRAZIL: CONSIDERATIONS FROM THE FIRST NATIONAL CONGRESS IN SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

ABSTRACT: This paper examines researches taken in Brazil about Socioeducation from the experience of the First National Congress of Research in Socio-educational measures (I

CONAPEMES), figuring out the event as a production, circulation and socialization space of scientific knowledge. It aims to analyze the Congress contribution to socioeducation field strengthening, pinpointing the main thematic fields, theoretical-political perspectives and features of the scientific agenda. The research takes a qualitative approach in a documental nature, based on the final report of the I CONAPEMES, which gathers information about the event organization, its scientific schedule, the thematic axes, the papers submitted, the participants profile and reached results. The analysis shows that the Congress has assembled a scientific production defined by critical perspectives about socio-educational measures, emphasizing debates about human rights, pedagogical practices and race, class, gender and sexuality intersectionalities. Besides that, the event relied on 558 people participation from every region in Brazil, empowering the researchers' net and widening the scientific trade among researchers, students and workers. Therefore, the results indicate that CONAPEMES represents an important strengthening space of socio-educational research, playing a role in scientific field consolidation, also contributing to investigation agendas committed to human rights and a critical perspective of socioeducation.

Keywords: CONAPEMES, socioeducational measures, scientific research, knowledge production, socioeducation.

INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas se apresentam como um campo de intervenção estatal marcado por determinações históricas, sociais e políticas que incidem sobre as formas de compreensão e de enfrentamento das situações envolvendo adolescentes a quem é atribuída autoria de ato infracional responsabilizados pela prática de atos infracionais. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2012, estabeleceram parâmetros jurídicos e institucionais orientados pela doutrina da proteção integral, pela condição peculiar de desenvolvimento e pela garantia de direitos (Souza, 2017). A materialização desses princípios, contudo, ocorre em uma realidade social atravessada por desigualdades estruturais e por práticas institucionais associadas ao controle social, à seletividade penal, à violência e à criminalização das juventudes, especialmente daquelas situadas nas frações mais precarizadas da classe trabalhadora (Aguiar, 2025; Lopes, 2015; Souza, 2017).

Em vista disso, entende-se que a compreensão da socioeducação requer, portanto, a apreensão das mediações existentes entre Estado, relações sociais, políticas públicas e formas de controle das populações juvenis (Bisinoto *et al.*, 2015). As práticas institucionais desenvolvidas nesse campo expressam disputas acerca dos significados atribuídos à responsabilização, à proteção, à educação e aos direitos, articulando diferentes projetos societários e concepções sobre juventude (Bonatto; Fonseca, 2020). Nesse movimento, a produção científica ocupa uma posição essencial,

uma vez que participa da elaboração das categorias analíticas por meio das quais a realidade socioeducativa é interpretada, problematizada e socializada.

A produção do conhecimento integra as disputas pela interpretação da realidade social e pela definição das respostas construídas diante de suas contradições. No campo das medidas socioeducativas, a pesquisa científica pode contribuir para a apreensão das determinações sociais que atravessam as trajetórias juvenis, para a identificação das desigualdades presentes nas instituições e políticas públicas e para a problematização das práticas que reproduzem processos de estigmatização, seletividade e criminalização. A circulação desses conhecimentos em espaços acadêmicos e profissionais amplia as possibilidades de interlocução entre diferentes sujeitos e perspectivas, favorecendo a constituição de agendas coletivas de pesquisa e intervenção.

Os espaços de socialização científica assumem, nesse contexto, relevância para a constituição e o fortalecimento do campo de estudos sobre as medidas socioeducativas. Congressos, seminários, grupos de pesquisa, encontros acadêmicos e publicações científicas são, sem lugar a dúvidas, espaços de circulação de conceitos, resultados de pesquisas, experiências profissionais e formulações teórico-políticas. Sua dimensão formativa relaciona-se à possibilidade de estabelecer interlocuções entre pesquisadores, estudantes, trabalhadores, gestores e demais sujeitos envolvidos com a política socioeducativa, produzindo condições para a construção compartilhada de interpretações sobre os desafios e as possibilidades desse campo.

Nesse cenário, a análise dos próprios espaços de produção e circulação científica mostra-se uma possibilidade relevante para compreender o desenvolvimento da pesquisa em socioeducação no Brasil. Por reunir pesquisadores, estudantes e profissionais em torno de objetos, perspectivas teóricas e metodologias diversas, esses espaços permitem identificar tendências da produção científica, agendas de investigação e desafios que atravessam a consolidação desse campo de estudos.

É nesse contexto que se insere o I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas (I CONAPEMES), realizado em 2025, em modalidade remota, e organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Medidas Socioeducativas (GEPMSE). O Congresso é tomado neste artigo como recorte empírico para refletir sobre a pesquisa em socioeducação no Brasil, considerando-o um espaço de produção, circulação e socialização do conhecimento científico. Para além de descrever sua realização, interessa compreender quais temas, perspectivas teórico-políticas e problemas de pesquisa emergem da produção científica reunida no evento e de que maneira esses

elementos contribuem para a compreensão da agenda contemporânea de estudos sobre as medidas socioeducativas.

Ante o exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar o I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas enquanto experiência de produção, socialização e circulação de conhecimentos no campo das medidas socioeducativas. Busca-se compreender as características da agenda científica mobilizada pelo evento, os sujeitos e perspectivas reunidos em sua realização e as contribuições produzidas para o fortalecimento do debate crítico acerca da socioeducação no Brasil. A análise considera o Congresso como uma experiência situada nas disputas contemporâneas em torno da interpretação da realidade socioeducativa e da construção de referências teóricas, políticas e profissionais para esse campo.

Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa apresenta natureza qualitativa e caráter documental (Marconi; Lakatos, 2021), tomando como fonte principal o Relatório Final do I CONAPEMES (GEPMESE, 2026). O documento reúne informações referentes à concepção do evento, seus objetivos, organização, programação científica, eixos temáticos, trabalhos submetidos e avaliados, perfil dos participantes, avaliação do público e resultados alcançados. A análise documental permite apreender aspectos da experiência organizativa e científica do Congresso, articulando suas características formais às questões teóricas e políticas presentes na agenda de debates desenvolvida durante o evento.

A investigação situa-se, portanto, no debate sobre as condições de produção do conhecimento em um campo marcado por disputas acerca dos direitos, das políticas públicas e das formas de responsabilização de adolescentes. A análise do I CONAPEMES possibilita examinar como determinados sujeitos, temáticas e perspectivas teórico-políticas são reunidos em um espaço de socialização científica e como essa experiência participa da construção de referências para a compreensão da socioeducação brasileira. A produção de conhecimento assume, nesse percurso, dimensão acadêmica, formativa e política, articulando a interpretação crítica da realidade às possibilidades de construção coletiva de respostas orientadas pela garantia de direitos, pela justiça social e pela transformação das condições sociais que atravessam as juventudes.

Por fim, este trabalho está organizado, além desta introdução e das considerações finais, em dois tópicos, com a finalidade de alcançar o objetivo proposto: i) a pesquisa em socioeducação no Brasil: fundamentos e desafios, a partir da reunião e breve análise de alguns trabalhos do campo que versam sobre o assunto em questão; e ii) o I CONAPEMES como espaço de produção e circulação

do conhecimento em socioeducação, por meio do qual se analisa o Relatório Final do Congresso, a fim de socializar seus resultados.

A PESQUISA EM SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

A consolidação da Socioeducação como objeto de investigação científica está diretamente relacionada às transformações jurídico-políticas ocorridas no campo dos direitos da criança e do adolescente nas últimas décadas. A ruptura com a Doutrina da Situação Irregular, promovida pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Leite, 2006), e, posteriormente, pela instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, por meio da Lei n.º 12.594/2012, redefiniu as bases normativas das medidas socioeducativas, deslocando-as de uma lógica predominantemente punitiva para uma perspectiva fundamentada na proteção integral, na responsabilização acompanhada de processos educativos e na garantia de direitos. Essa inflexão normativa passou a demandar novas formas de compreender a execução das medidas socioeducativas, impulsionando o desenvolvimento de pesquisas voltadas à análise das instituições, das práticas profissionais, das políticas públicas e das condições concretas de efetivação dos direitos previstos na legislação.

Entretanto, a literatura analisada e discutida nos próximos parágrafos demonstra que a ampliação do arcabouço legal não foi acompanhada, de forma homogênea, pela consolidação de um campo de pesquisa suficientemente estruturado para responder à complexidade da socioeducação brasileira. Ao contrário, diferentes revisões de literatura convergem ao afirmar que a produção científica permanece fragmentada, concentrada em determinados objetos de investigação e marcada por importantes lacunas temáticas. Embora seja possível identificar um certo crescimento quantitativo das publicações nos últimos anos, sobretudo após a regulamentação do SINASE, diversos autores assinalam que ainda são reduzidos os estudos voltados à compreensão das práticas pedagógicas, da atuação docente, das condições de trabalho dos profissionais, dos projetos de vida dos adolescentes e da efetividade das políticas socioeducativas.

Essa característica torna-se evidente quando se observa que parte significativa das pesquisas recentes assume justamente como objeto de estudo a própria produção científica existente sobre a socioeducação. Em vez de investigarem exclusivamente as medidas socioeducativas em si, diversos trabalhos dedicam-se ao mapeamento de teses, dissertações e artigos científicos, buscando compreender quais temas têm recebido maior atenção da comunidade acadêmica e quais

permanecem insuficientemente explorados. Tal movimento revela um campo em processo de amadurecimento, preocupado não somente com a produção de novos conhecimentos, mas também com a reflexão acerca de seus próprios limites epistemológicos, metodológicos e temáticos.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à compreensão de que a socioeducação constitui um fenômeno multidimensional, cuja análise exige interlocução entre diferentes áreas do conhecimento. As pesquisas identificadas articulam referenciais provenientes da Educação, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Direito e Saúde Coletiva, evidenciando que a execução das medidas socioeducativas não pode ser compreendida exclusivamente sob perspectivas jurídicas ou administrativas. Ao contrário, os estudos apontam que questões como escolarização, profissionalização, condições institucionais, formação dos trabalhadores, relações pedagógicas, saúde mental, garantia de direitos e desigualdades sociais encontram-se profundamente interligadas, exigindo abordagens interdisciplinares capazes de apreender a complexidade das trajetórias juvenis e do próprio funcionamento das instituições socioeducativas.

Ainda que os objetos investigados sejam diversos, observa-se uma relativa convergência quanto ao diagnóstico das dificuldades enfrentadas pela política socioeducativa brasileira. As pesquisas indicam que a distância entre os princípios estabelecidos pelo ECA e pelo SINASE e as práticas efetivamente desenvolvidas nas unidades socioeducativas permanece significativa. Em diferentes contextos investigados, persistem desafios relacionados à insuficiência das políticas públicas, às condições institucionais inadequadas, às dificuldades de formação dos profissionais e à permanência de racionalidades punitivas que, frequentemente, se sobrepõem ao caráter pedagógico previsto na legislação. Nessa direção, estudos que analisam dissertações sobre privação de liberdade, como os de Silva *et al.* (2023), demonstram que muitas pesquisas identificam aproximações entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional, evidenciando permanências históricas que dificultam a efetivação da perspectiva socioeducativa proposta pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Após sua constituição como objeto de investigação, a pesquisa em socioeducação passou a direcionar esforços para diferentes dimensões da execução das medidas socioeducativas. As revisões de literatura publicadas nos últimos anos apontam um movimento de diversificação temática, ainda que marcado por importantes assimetrias quanto aos objetos privilegiados e aos sujeitos investigados. Em termos gerais, a produção científica concentra-se na análise da privação de liberdade, das práticas institucionais, da atuação dos profissionais, da escolarização e das políticas

públicas, revelando uma crescente preocupação em compreender como os princípios estabelecidos pelo ECA e pelo SINASE materializam-se no cotidiano das unidades socioeducativas.

Entre as tendências mais evidentes destaca-se o fortalecimento das pesquisas voltadas à dimensão pedagógica da socioeducação. Embora esse conjunto de estudos permaneça quantitativamente reduzido, observa-se um esforço crescente em compreender os processos educativos desenvolvidos nas instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. Nesse sentido, o estado do conhecimento elaborado por Pereira, Santos e Morgenstern (2022) demonstra que, entre 2015 e 2019, apenas sete trabalhos acadêmicos abordaram especificamente as práticas pedagógicas desenvolvidas na socioeducação, evidenciando que a temática ainda ocupa um espaço restrito na produção científica brasileira. Ao mesmo tempo, os estudos analisados convergem ao reconhecer a necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nesse campo, compreendendo-a como condição para a reconstrução dos saberes e fazeres pedagógicos inerentes à socioeducação.

Essa preocupação também aparece nas pesquisas dedicadas especificamente à atuação docente. Ao mapear a literatura brasileira sobre docência no contexto socioeducativo, Scalvi e Domeniconi (2026) identificam um crescimento recente das publicações, embora ainda concentradas, predominantemente, nas medidas de internação e desenvolvidas por meio de pesquisas qualitativas. Os autores organizam essa produção em três grandes eixos, quais sejam: formação e preparação para o trabalho, desafios da atuação profissional e estratégias pedagógicas, concluindo que as principais dificuldades permanecem relacionadas à ausência de políticas específicas, às condições de trabalho e à insuficiência dos processos de formação inicial e continuada. Em contrapartida, os estudos analisados reconhecem a educação como um dos principais mecanismos capazes de favorecer processos de reinserção social, ressaltando o potencial das práticas pedagógicas construídas especificamente para o contexto socioeducativo.

A preocupação com os sujeitos responsáveis pela implementação das medidas também se manifesta nas pesquisas voltadas aos trabalhadores da socioeducação. A revisão sistemática desenvolvida por Bastos, Bruning e Walger (2022) demonstra que a produção brasileira sobre as condições de trabalho e saúde desses profissionais permanece bastante limitada. Os onze estudos identificados concentram-se em aspectos como sofrimento laboral, representações sobre adolescência, responsabilização profissional, processos formativos, violência institucional, sexualidade e exercício da autoridade. Entretanto, as autoras concluem que ainda existem poucas

pesquisas dedicadas exclusivamente ao trabalhador da socioeducação, sobretudo aquelas voltadas às condições concretas de trabalho, à saúde ocupacional e aos processos de adoecimento decorrentes da atividade profissional, revelando importante lacuna na agenda científica nacional.

Outro conjunto expressivo de investigações dedica-se à análise da profissionalização como componente da política socioeducativa. A revisão realizada por Barros e Catão (2024) evidencia que, embora a profissionalização esteja prevista como direito assegurado pelo SINASE, sua implementação ainda se constitui como um objeto pouco explorado na produção acadêmica. A análise das dissertações defendidas entre 2012 e 2022 demonstra que as pesquisas concentram-se na discussão acerca das possibilidades de inserção social dos adolescentes, das dificuldades de implementação das ações de formação profissional e das contradições existentes entre a garantia formal desse direito e sua efetivação nas unidades socioeducativas. Ao relacionarem profissionalização, desigualdades sociais e garantia de direitos, os autores reafirmam que a inserção produtiva dos adolescentes não pode ser compreendida de maneira isolada, mas articulada às condições sociais que produzem processos históricos de exclusão e vulnerabilidade.

As revisões dedicadas à escolarização e aos projetos de vida revelam tendência semelhante. Ao examinarem a produção científica publicada entre 2011 e 2021, Eigenheer e Fonseca (2024) identificam reduzido número de estudos que abordam simultaneamente juventude em conflito com a lei, educação escolar e projeto de vida. Segundo as autoras, a baixa incidência dessas pesquisas evidencia que tais temáticas ainda ocupam uma posição periférica na agenda acadêmica, apesar de sua relevância para a efetivação do direito à educação. Além disso, os trabalhos analisados convergem ao apontar que os direitos previstos na legislação nem sempre se concretizam nas práticas desenvolvidas pelos órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, comprometendo tanto a permanência dos adolescentes na escola quanto a construção de perspectivas de futuro capazes de romper com trajetórias marcadas pela exclusão social.

Sob outra perspectiva, estudos que sistematizam a produção científica sobre as medidas de internação demonstram que a pesquisa brasileira também tem buscado compreender o funcionamento das próprias instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. A revisão das teses e dissertações produzidas no estado do Paraná evidencia que, após a promulgação do SINASE, ampliou-se o interesse acadêmico pela investigação da realidade dos adolescentes em conflito com a lei e das práticas profissionais desenvolvidas nos Centros de Socioeducação (CENSE), indicando a emergência de novos objetos de pesquisa relacionados à gestão institucional,

à garantia de direitos e ao trabalho interdisciplinar (Silva; Guedes, 2022). Em direção semelhante, estudos sobre o estado do Mato Grosso reforçam a importância de compreender as especificidades territoriais da implementação das medidas socioeducativas, ressaltando que a efetividade das políticas públicas depende das condições concretas de funcionamento dos sistemas estaduais e de sua capacidade de assegurar processos educativos voltados à formação cidadã dos adolescentes (Machado; Fensterseifer, 2024).

Por fim, as pesquisas convergem ao reconhecer que a consolidação da socioeducação como campo científico exige o fortalecimento da produção de informações qualificadas sobre o sistema socioeducativo brasileiro. Nesse sentido, Gisi e Vinuto (2020) argumentam que a precariedade, a fragmentação e a limitada transparência dos dados oficiais comprometem não apenas a formulação e avaliação das políticas públicas, mas também o próprio desenvolvimento da pesquisa científica, uma vez que dificultam diagnósticos mais precisos acerca das condições de execução das medidas socioeducativas e da garantia dos direitos assegurados aos adolescentes. Assim, a produção e a democratização das informações configuram-se como condição indispensável tanto para o aprimoramento da gestão pública quanto para o avanço das investigações desenvolvidas no campo da socioeducação.

A análise conjunta dessas produções permite afirmar que a pesquisa em socioeducação no Brasil encontra-se em processo de expansão e diversificação, acompanhando a consolidação do SINASE e o fortalecimento das discussões acerca dos direitos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Entretanto, esse crescimento ainda ocorre de maneira desigual, tanto em relação aos objetos investigados quanto às perspectivas teórico-metodológicas mobilizadas. Se, por um lado, observa-se ampliação das pesquisas dedicadas à escolarização, à docência, às práticas pedagógicas, à profissionalização, às condições institucionais e à execução das medidas socioeducativas, por outro permanecem evidentes lacunas relacionadas à articulação entre esses diferentes objetos, bem como à produção de diagnósticos de abrangência nacional capazes de integrar os diversos conhecimentos produzidos. As revisões analisadas convergem ao indicar que a maior parte das investigações permanece circunscrita a recortes temáticos, institucionais ou territoriais específicos, dificultando uma compreensão mais ampla da constituição do próprio campo científico da socioeducação.

Nesse contexto, evidencia-se a importância dos espaços de produção, circulação e socialização do conhecimento científico como elementos fundamentais para o fortalecimento da

pesquisa em socioeducação. A consolidação de congressos, seminários e redes de pesquisadores possibilita não apenas a divulgação dos resultados das investigações, como também a construção de agendas coletivas de pesquisa, o intercâmbio entre diferentes referenciais teóricos e metodológicos e a aproximação entre pesquisadores e profissionais que atuam diretamente na execução das medidas socioeducativas. Esse movimento mostra-se particularmente relevante em um campo ainda marcado pela dispersão temática, pela reduzida produção em determinadas áreas e pela necessidade de ampliar a interlocução entre diferentes regiões do país e áreas do conhecimento. Embora os estudos revisados apontem reiteradamente para essas necessidades, observa-se que ainda são escassas as pesquisas voltadas à compreensão desses próprios espaços de circulação do conhecimento e de sua contribuição para a consolidação da socioeducação como campo científico.

É precisamente nesse cenário que se insere o I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas (I CONAPEMES). Ao reunir pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes regiões do país em torno de um evento dedicado exclusivamente à produção científica sobre medidas socioeducativas, o congresso se apresenta como uma oportunidade privilegiada para compreender os rumos contemporâneos da pesquisa em socioeducação no Brasil. Além de se colocar como um espaço de divulgação de investigações concluídas, o evento materializa parte do processo de consolidação desse campo científico, permitindo identificar objetos de pesquisa emergentes, referenciais teóricos mobilizados, problemas recorrentes e perspectivas que orientam a produção acadêmica recente. Dessa forma, a análise do I CONAPEMES possibilita compreender o próprio movimento de constituição e fortalecimento da comunidade científica dedicada à socioeducação, aspecto que fundamenta a discussão desenvolvida na seção seguinte deste artigo.

O I CONAPEMES COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SOCIOEDUCAÇÃO

O I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas (I CONAPEMES) constituiu-se como um evento científico de abrangência nacional, realizado em formato remoto entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2025, por meio da plataforma Google Meet. Organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Medidas Socioeducativas (GEPMSE), coletivo independente dedicado à produção de conhecimento crítico sobre a socioeducação, o congresso teve como objetivo promover a socialização, o debate e a produção de conhecimentos científicos acerca das medidas socioeducativas, articulando pesquisadores, profissionais, estudantes e trabalhadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). A proposta do evento

fundamentou-se na defesa dos direitos humanos e na construção de um espaço interdisciplinar de reflexão crítica, reunindo contribuições provenientes de áreas como Pedagogia, Educação, Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia e demais campos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A estrutura organizacional do congresso foi composta por Comissão Organizadora, Comissão Científica e Equipe Técnica, responsáveis, respectivamente, pelo planejamento geral, avaliação científica dos trabalhos e suporte operacional das atividades. O processo de organização desenvolveu-se ao longo de vários meses, contemplando etapas de concepção, definição dos eixos temáticos, formação das equipes, estabelecimento de parcerias institucionais, divulgação, submissão de trabalhos, avaliação científica e execução da programação. As inscrições e a submissão dos artigos ocorreram por meio da plataforma Even3, enquanto todas as atividades científicas foram realizadas de forma síncrona, possibilitando a interação entre palestrantes e participantes.

No que se refere à produção científica, o congresso recebeu 40 artigos completos, todos aprovados após processo de avaliação, dos quais 10 obtiveram aprovação com ressalvas. A avaliação foi realizada por cinco pareceristas, mediante o sistema de dupla avaliação cega por pares, adotando critérios relacionados à relevância temática, coerência teórico-metodológica, clareza da exposição e adequação aos eixos temáticos. Os trabalhos foram distribuídos em cinco eixos: i) Educação Popular, Pedagogia Social, Arte e Cultura na Socioeducação; ii) Juventudes e Produção de Hegemonia: Disputas Políticas na Sociedade Civil; iii) Políticas Públicas, Neoliberalismo e a Crise da Proteção Social; iv) Raça, Classe, Gênero e Sexualidade: Interseccionalidades na Socioeducação; e v) Resistência, Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal Juvenil. As apresentações ocorreram em sessões de comunicação oral organizadas por eixo temático, favorecendo o diálogo entre pesquisas com objetos e referenciais teóricos convergentes.

Na Tabela 1 abaixo constam os títulos de todos os trabalhos submetidos, organizados por eixo temático. Destaca-se que, dos 40 trabalhos submetidos, todos eles foram aprovados e já se encontram publicados nos anais do evento¹.

Tabela 1 - Trabalhos submetidos ao evento

Título	Eixo temático
A PEDAGOGIA NO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: (re)pensando a atuação do/a pedagogo/a na assistência	Eixo I

¹ Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/conapemes-590186/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

a adolescentes em conflito com a lei	
O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO NA INCIDÊNCIA DO ATO INFRACIONAL DE TRÁFICO DE DROGAS: Uma análise territorial do município de Maringá/PR	Eixo III
ENTRE O CAIS E A SIRENE: Adolescências, Violência Estatal e Narrativas Literárias	Eixo II
ENTRE A PUNIÇÃO E A PROTEÇÃO: a crítica ao pós-medida no sistema socioeducativo	Eixo IV
Fiscalização como Espelho: as irregularidades nas unidades socioeducativas de Rondônia a partir das vistorias do Ministério Público	Eixo III
GÊNERO, ESTIGMA E SOCIOEDUCAÇÃO: desafios à proteção integral de adolescentes	Eixo IV
A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) NO CONTEXTO NEOLIBERAL: (DES) PROTEÇÃO SOCIAL E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	Eixo III
Práticas e abordagens de educação emancipadora no contexto da socioeducação: um mapeamento sistemático da literatura	Eixo I
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI ENTRE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E A ESCOLA: uma análise através de Paulo Freire	Eixo I
NEOLIBERALISMO, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NA FASE/RS	Eixo III
A INFLUÊNCIA DOS PAPÉIS DE GÊNEROS NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS DE MENINAS QUE FORAM PRIVADAS DE LIBERDADE NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO ALDAMI BARBOSA MOTA	Eixo IV
Ressocialização em Foco: A Importância das Atividades de Finais de Semana no CEA Sousa/PB	Eixo I
Neoliberalismo e a Crise da Proteção Social: Reflexos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (2019–2022)	Eixo III
A DANÇA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA RESTAURATIVA NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO	Eixo I
CONDICIONANTES DA REDUÇÃO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO BRASIL (2013–2022): Análise à Luz do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	Eixo III

O HIP-HOP COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR NA SOCIOEDUCAÇÃO	Eixo I
ANÁLISE INTERSECCIONAL DO PERFIL DAS ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE DO CEARÁ	Eixo IV
PERFIL DAS PUBLICAÇÕES NA PARAÍBA SOBRE A SOCIOEDUCAÇÃO	Eixo I
A ESCRIVÊNCIA COMO PRÁTICA DOCENTE: Reflexões de uma professora em formação no ambiente de privação de liberdade	Eixo IV
SOCIOEDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: atuação política e o protagonismo de familiares como modos de resistência	Eixo V
RECORTE ESTRUTURAL DAS MENINAS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: dos motivos que as levaram interrelacionados a reiteração no sistema	Eixo IV
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO TRÁFICO DE DROGAS E SUA INTERFACE COM AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	Eixo III
Punidas Duas Vezes: A Realidade de Meninas Trans no Sistema Socioeducativo	Eixo IV
Mães (in)visíveis: revelando a face patriarcal e racista do sistema sociojurídico	Eixo IV
DISCURSOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: o silêncio revelador do Conservadorismo nos Governos Temer e Bolsonaro	Eixo III
Narrativas tecidas através de pinturas: fissuras e sementeiras como projeto de vida de meninas privadas de liberdade	Eixo I
A pedagogia da presença e os socioeducadores: reflexões a partir de uma análise bibliográfica	Eixo V
FAMÍLIAS E SOCIOEDUCAÇÃO: sistematização de estudos a partir de problematizações advindas de experiência de trabalho	Eixo III
SOCIOEDUCAÇÃO: entre disputas e a construção de um horizonte	Eixo V
As múltiplas faces do racismo na seletividade do sistema socioeducativo	Eixo IV
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO	Eixo IV
QUANDO O CORPO É TERRITÓRIO: Dança, interseccionalidade e educação popular no sistema socioeducativo	Eixo I

SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: EVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA GARANTIA DE DIREITOS NO SERIDÓ/RN	Eixo III
PARA ALÉM DA PUNIÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS TEORIAS DE RUPTURA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO	Eixo V
A Justiça Juvenil durante a pandemia do COVID-19 e suas complexidades	Eixo II
ABOLICIONISMO PENAL JUVENIL, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA: DA UTOPIA ABOLICIONISTA AO REALISMO POLÍTICO-CRIMINAL	Eixo V
Sobre o puro ódio: saúde mental e a superexploração da força de trabalho juvenil	Eixo III
O MENORISMO QUE NOS RESTA: Análise sobre os casos de tráfico de drogas como trabalho infantil	Eixo III
A arte como instrumento educativo em contextos de privação de liberdade	Eixo I
A RESSOCIALIZAÇÃO COMO CAMINHO: a trajetória de André e a experiência socioeducativa no CASER de Itaberaí	Eixo I

Fonte: Autoria própria.

A observação dos trabalhos apresentados evidencia a constituição de uma agenda científica marcada por abordagens críticas acerca da socioeducação brasileira. Distribuídas em cinco eixos temáticos, as pesquisas revelam importantes pontos de convergência, especialmente no que se refere à problematização das relações entre políticas públicas, direitos humanos, educação, justiça juvenil e desigualdades estruturais. Identifica-se significativa presença de estudos que discutem os impactos do neoliberalismo sobre a proteção social e sobre a execução das medidas socioeducativas, bem como pesquisas voltadas à crítica do paradigma punitivo, ao debate sobre justiça restaurativa e abolicionismo penal juvenil e à análise das múltiplas formas de criminalização das juventudes. Paralelamente, diversos trabalhos abordam questões relacionadas às interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade, demonstrando como esses marcadores atravessam as experiências de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e influenciam o funcionamento das instituições socioeducativas. Também se destacam investigações sobre práticas pedagógicas, educação popular, arte, cultura, pedagogia social e formação de socioeducadores, indicando a centralidade dos processos educativos na construção de alternativas comprometidas com a garantia de direitos. Além disso, a presença de revisões de literatura, mapeamentos científicos, relatos de

experiências, pesquisas empíricas e análises documentais demonstra diversidade metodológica e temática, refletindo um campo de investigação em expansão e comprometido tanto com a produção de conhecimento quanto com a transformação das práticas socioeducativas.

Quanto à participação, o congresso registrou 558 inscritos, evidenciando uma expressiva mobilização nacional em torno do campo das medidas socioeducativas. O público foi constituído predominantemente por mulheres (75,7%), seguido por homens (22,8%) e pessoas que se identificaram com outras categorias de gênero (1,5%). Em relação ao perfil acadêmico-profissional, verificou-se predominância de estudantes de graduação (37,7%), seguidos por profissionais da área (32,3%), estudantes de pós-graduação (18,8%), educadores populares (2,5%) e militantes, indicando uma significativa diversidade de experiências e níveis de formação entre os participantes. A distribuição geográfica dos participantes evidencia o alcance nacional do evento. Houve representação de todas as regiões brasileiras, com predominância do Sudeste (40,78%), seguido pelo Nordeste (25,80%), Sul (15,87%), Norte (10,58%) e Centro-Oeste (6,63%). Além disso, foram registrados quatro participantes provenientes do exterior, aspecto que, embora pontual, demonstra o início de uma inserção internacional do congresso. Esses dados revelam que o formato remoto ampliou significativamente o acesso ao evento, favorecendo a participação de sujeitos provenientes de diferentes territórios e contextos institucionais.

A programação científica foi composta por palestras, mesas-redondas, rodas de conversa, oficinas e sessões de apresentação de trabalhos, abordando temáticas relacionadas às políticas socioeducativas, juventudes, direitos humanos, educação, raça, gênero, justiça restaurativa, abolicionismo penal e produção do conhecimento científico. A seguir, destaca-se os títulos das palestras, mesas e rodas de conversa²: Sistema Socioeducativo: trajetórias marcadas por violações; Recortes de gênero nas medidas socioeducativas; Educação, arte e pedagogia do território; Juventudes e produção de hegemonia: conflito e política; Tecnologias Sociais e Participação Juvenil; Empoderar e escrever: entre vivências e escritas; Socioeducação em conceitos: roda interativa de formação; Raça, classe, gênero e sexualidade na socioeducação; A importância da pesquisa na construção do conhecimento e da transformação social; Justiça Restaurativa, desencarceramento e abolicionismo; e A face “oculta” do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: reflexões sobre a Socioeducação como parte integrante do SGDCA. A diversidade temática e a pluralidade dos sujeitos envolvidos reforçam o caráter interdisciplinar do congresso e sua

² Disponível em: <https://www.even3.com.br/e/conapemes-590186>. Acesso em: 5 ago. 2026.

preocupação em articular produção acadêmica, experiências profissionais e debates políticos acerca da garantia de direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os resultados apresentados no relatório final indicam elevado reconhecimento do evento por parte dos participantes. A avaliação realizada apontou uma predominância de respostas classificadas como "Ótimo" e "Bom" nos diferentes aspectos analisados, destacando positivamente a organização, a qualidade da programação científica, a relevância das temáticas abordadas e a possibilidade de participação proporcionada pelo formato remoto. Ainda que tenham sido identificados desafios relacionados à organização dos horários, à ampliação dos espaços de interação e a questões operacionais, o relatório conclui que o congresso atingiu seus objetivos de promover a socialização do conhecimento, fortalecer redes de pesquisa e incentivar a produção científica no campo das medidas socioeducativas.

Considerando esses elementos, o I CONAPEMES configura-se como um espaço consolidado de circulação e difusão do conhecimento científico sobre medidas socioeducativas, reunindo pesquisadores e profissionais de diferentes regiões do país em torno de uma agenda crítica de pesquisa. A amplitude da participação, a diversidade temática dos trabalhos apresentados e o rigor do processo de avaliação científica justificam sua adoção como campo empírico para a presente investigação, uma vez que o conjunto das produções apresentadas oferece um panorama representativo das discussões contemporâneas desenvolvidas nesse domínio de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a pesquisa em socioeducação no Brasil a partir da experiência do I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas (I CONAPEMES), compreendendo o evento como um espaço de produção, circulação e socialização do conhecimento científico. A análise desenvolvida permitiu responder ao objetivo da pesquisa ao evidenciar que a agenda científica reunida pelo Congresso expressa a diversidade temática, teórica e interdisciplinar que caracteriza a produção contemporânea sobre as medidas socioeducativas, ao mesmo tempo em que revela preocupações comuns em torno das desigualdades estruturais, da garantia de direitos, das políticas públicas e das formas de responsabilização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Os resultados da pesquisa indicam que a produção científica apresentada no I CONAPEMES se organiza em torno de perspectivas comprometidas com a compreensão crítica da

realidade socioeducativa, privilegiando análises que articulam as relações entre Estado, políticas sociais, juventudes, raça, classe, gênero e sexualidade. A recorrência dessas temáticas demonstra o fortalecimento de abordagens que buscam compreender as medidas socioeducativas para além de seus aspectos normativos, incorporando as determinações históricas, sociais, políticas e institucionais que conformam esse campo de intervenção e de investigação científica.

A pesquisa também permitiu identificar a relevância dos espaços de socialização científica para o fortalecimento da produção do conhecimento em socioeducação. A realização do I CONAPEMES favoreceu o intercâmbio entre pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes regiões do país, ampliando as possibilidades de circulação de pesquisas, de construção de redes acadêmicas e de interlocução entre universidade, políticas públicas e prática profissional. Nessa perspectiva, o Congresso constituiu um espaço de encontro e debate capaz de reunir diferentes objetos de investigação, referenciais teóricos e experiências institucionais, contribuindo para a consolidação de um campo de pesquisa comprometido com a análise crítica da socioeducação brasileira.

Ao tomar o I CONAPEMES como recorte analítico, este estudo não pretendeu esgotar a compreensão da produção científica nacional sobre socioeducação. As reflexões apresentadas correspondem a uma experiência específica de socialização do conhecimento e permitem apreender tendências presentes em parte dessa produção, sem a pretensão de representar sua totalidade. Esse reconhecimento evidencia a necessidade de ampliação das investigações sobre o campo, contemplando outras experiências de produção científica, diferentes eventos acadêmicos, periódicos especializados, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que têm contribuído para a constituição da socioeducação como área de investigação.

Como perspectiva para estudos futuros, mostra-se pertinente aprofundar análises sobre a evolução da produção científica em socioeducação, examinando suas transformações ao longo do tempo, seus referenciais teórico-metodológicos, suas redes de colaboração e os impactos produzidos na formulação de políticas públicas, na formação profissional e nas práticas desenvolvidas no âmbito das medidas socioeducativas. Investigações dessa natureza poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente da constituição do campo e dos desafios colocados à produção do conhecimento comprometida com a garantia de direitos, a justiça social e a construção de respostas críticas às expressões da questão social que atravessam as juventudes brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. A. de. **Juventude invisível: desafios e possibilidades da socioeducação**. Formiga, MG: Editora Uniesmero, 2025.
- BARROS, W. V. de; CATÃO, F. F. A implementação da profissionalização na socioeducação: uma revisão de estudos de teses e dissertações. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 8, e5703, 2024.
- BASTOS, C.; BRUNING, C.; WALGER, C. de S. Condições de trabalho e saúde de trabalhadores da socioeducação: uma revisão sistemática da literatura. *In*: ENCONTRO DA ANPAD (EnANPAD), 46., 2022. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2022.
- BISINOTO, C. *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, out./dez. 2015.
- BONATTO, V. P.; FONSECA, D. C. Socioeducação: entre a sanção e a proteção. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, 2020.
- EIGENHEER, J. M. L. D.; FONSECA, D. C. A produção de artigos relacionados a jovens em conflito com a lei, educação escolar e projeto de vida: 2011-2021. **Educação**, Santa Maria, v. 49, e75198, 2024.
- GISI, B.; VINUTO, J. Transparência e garantia de direitos no sistema socioeducativo: a produção de dados sobre medidas socioeducativas. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 28, n. 337, p. 4-7, dez. 2020.
- GRUPO DE PESQUISA EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (GEPMSE). **Relatório final do I Congresso Nacional de Pesquisa em Medidas Socioeducativas**. [S. l.]: GEPMSE, 2026.
- LEITE, C. C. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Rev. Minist. Público**, Rio de Janeiro, RJ, (23), 2006.
- LOPES, E. R. de C. **A política socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: transição de paradigma?** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- MACHADO, V. G. L.; FENSTERSEIFER, D. P. Contextualização sobre o cumprimento das medidas socioeducativas no estado do Mato Grosso: uma revisão da literatura. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 17, n. 36, e19761, 2024.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Barueri/SP: Atlas, 2021.
- PEREIRA, R. Q.; SANTOS, E. A. G. dos; MORGENSTERN, J. M. O estado do conhecimento acerca das práticas pedagógicas que constituem a socioeducação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 3, p. 215-230, set./dez. 2022.
- SCALVI, G. F.; DOMENICONI, C. Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, e54213, 2026.
- SILVA, D. R. *et al.* Ações e condições da privação de liberdade, segundo dissertações de mestrado (2007-2016). **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 28, e54641, 2023.
- SILVA, S. C. e; GUEDES, O. de S. A medida socioeducativa de internação nos Centros de Socioeducação do Paraná: uma revisão sistemática das teses e dissertações no estado. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 460-486, jul./dez. 2022.
- SOUZA, R. M. de. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: entre a regulação legal e a prática socioeducativa**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2017.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Autora 1: Conceitualização, Redação, Revisão, Investigação e Curadoria dos Dados. Autora 2: Conceitualização, Redação e Revisão. Autor 3: Conceitualização, Redação, Revisão, Investigação e Curadoria dos Dados.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA: Os/as autores/as declaram que não houve uso de IA na produção e confecção do texto e se responsabilizam pelo conteúdo apresentado.

MINIBIOGRAFIA DOS/AS AUTORES/AS DO PAPER

Carina dos Santos Magalhães

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Medidas Socioeducativas (GEPMSE).

Mariana da Silva Santos

Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Sant'Anna. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Paulista (UNIP), mestra e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Medidas Socioeducativas (GEPMSE).

Kleverson Gonçalves Willima

Pedagogo formado pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), mestre e doutorando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Medidas Socioeducativas (GEPMSE).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.